SENADO

Arcabouço blinda FCDF, educação e ciência

Relator mantém, porém, o cálculo da inflação aprovado na Câmara, em derrota para o governo. Votação do texto é adiada para hoje

» RAFAELA GONÇALVES

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



O presidente da CAE, Vanderlan Cardoso (C), concedeu vista coletiva de 24h, após pedido do PL: depois de votado na comissão, texto vai a plenário

Após um pedido de vista de parlamentares da oposição, o texto do arcabouço fiscal deve ser votado, hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. O adiamento foi solicitado pelo líder do PL na Casa, Rogério Marinho (PL-RN), para ter mais tempo de analisar o relatório do senador Omar Aziz (PSD-AM). O presidente do colegiado, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), concedeu vista coletiva de 24 horas.

Aziz modificou três pontos em relação ao texto aprovado na Câmara. Foram retirados do limite de gastos o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) e despesas com ciência, tecnologia e inovação.

Parlamentares elogiaram a decisão. A senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO) afirmou que a manutenção do texto aprovado pela Câmara dos Deputados significaria, na prática, o corte de verbas para a educação. "É um recurso constitucional que vai ser distribuído diretamente a estados e municípios. A inclusão no arcabouço só pressionaria as outras áreas da educação e as demais áreas prioritárias da gestão. Estamos falando de educação pública, que atende mais de 40 milhões de alunos", disse.

Das 74 emendas apresentadas, Aziz acatou, total ou parcialmente, 19. Ele elogiou o trabalho do relator do texto na Câmara, deputado Claudio Cajado (PP-BA), e destacou que as mudanças não se tratam de divergências, mas "uma questão do ponto de vista político que a gente tem que resolver". "Toda lei complexa como esta tem sempre necessidade de correções ou melhorias, mesmo mantendo o eixo principal. Existem pontos que precisam de correção, não muitos, mas existem", frisou.

O relator também atendeu uma sugestão do senador Venezino Vital do Rêgo (MDB-PB) para a criação de um Comitê de Modernização Fiscal, com a participação dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, do Tribunal de Contas da União (TCU) e de representantes da Câmara e do Senado. "Esse grupo colegiado terá a missão de aprimorar a governança das finanças federais e tornar as etapas de planejamento, execução e controle do ciclo orçamentário mais transparentes e eficientes para o financiamento de políticas públicas", descreveu o parecer.

Inflação

Aziz recuou na mudança do cálculo da inflação no período de 12 meses na nova regra fiscal. Conforme decidido na Câmara, será mantida a aferição do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de julho de dois anos antes a junho do ano anterior ao do ano orçamentário. A definição do período é uma derrota para o governo, que defendia no projeto original que o cálculo fosse feito a partir do IPCA de janeiro e dezembro do ano anterior, abrindo margem para o crescimento de despesas.

O relator ressaltou que, se a tramitação do texto se encerrasse no Senado, teria alterado a regra de apuração da inflação. "São duas Casas, e a Câmara tem a última palavra nesse projeto, infelizmente. Se nós tivéssemos a última palavra, algumas questões estariam colocadas aqui, como mudar o IPCA de julho a junho para dezembro a novembro", explicou.

Esse era um dos impasses do texto, que foi mantido após conversa com Cajado. Segundo o Ministério do Planejamento, a alteração pode atrasar a execução de até R$ 40 bilhões do orçamento em 2024. O relator na Câmara argumentou que, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é enviada no meio do ano, o IPCA de julho a dezembro é uma previsão, o que poderia gerar um "orçamento fictício".

O pedido de vista atrasou a votação do texto e não agradou o relator da matéria. Aziz tentou fazer com que houvesse apenas uma pausa de algumas horas para a retomada do debate ainda ontem. Ele chegou a brincar com Marinho, que pediu pelo adiamento e é seu vizinho, dizendo que colocaria música alta, e ele não dormiria nesta noite. "Se você acha que hoje à noite vai analisar esse relatório, o som vai ser alto lá no teu ouvido", comentou, em tom de ironia.

Depois do aval da CAE, o texto ainda será votado no plenário do Senado e retornará para a análise dos deputados, que podem descartar as mudanças feitas pelos senadores.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou, ontem, que a votação do arcabouço fiscal na Casa ocorrerá somente a partir de 4 de julho.

» LEIA MAIS sobre Fundo Constitucional na página 15

As alterações

Veja o que o relatório do Senado excluiu da nova regra fiscal

» O Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF)

» A complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), principal fonte de financiamento do setor

» Despesas com ciência, tecnologia e inovação, de forma geral

Desoneração da folha de pagamento

» RAPHAEL FELICE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, em turno suplementar, o relatório do senador Ângelo Coronel (PSD-BA) que prorroga até 31 de dezembro de 2027 a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia.

O texto já havia sido aprovado no último dia 13, mas com a nova votação na CAE pode ir direto à Câmara dos Deputados, a não ser que algum senador faça um pedido para que o projeto passe pelo plenário do Senado.

O projeto de lei aprovado pela comissão permite que as empresas paguem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Sem a desoneração, essas instituições pagariam 20% sobre a folha de salários. Juntos, esses 17 setores podem gerar até seis milhões de empregos.

Beneficiados

Os setores beneficiados com a desoneração são: confecção e vestuário, calçados, construção civil, call center, comunicação, empresas de construção e obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carroçarias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, TI (tecnologia da informação), TIC (tecnologia de comunicação), projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo, transporte rodoviário de cargas.

O senador Ângelo Coronel também incluiu no texto um artigo para reduzir a alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento de 20% para 8%, o que, segundo o parlamentar, beneficiará cerca de três mil municípios.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Falta combinar a reforma tributária com os governadores

Há um certo consenso nacional sobre a necessidade da reforma tributária, que já se reflete no Congresso e cria condições excepcionais para que seja aprovada em julho. O fator decisivo é a própria economia, que precisa se livrar das amarras da atual estrutura fiscal, um emaranhado de leis e impostos, e optar por um sistema mais eficiente, barato e justo. A reforma pode representar um aumento de até 10% do PIB, em 15 anos, segundo disse, ontem, o presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, na abertura do seminário Reforma tributaria e a indústria, promovido pelo **Correio Braziliense**.

"Alcançamos um grau de maturidade na discussão da reforma tributária na Câmara dos Deputados que nos deixa a todos muito otimistas com relação ao resultado que vai ser colocado na conta e à prova de todos", avalia o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), que também participou do evento. Entretanto, há tensões. Uma reunião de governadores será realizada amanhã, na residência oficial da Câmara dos Deputados, para debater a reforma. Há uma preocupação com o pacto federativo: "Faremos a reforma ouvindo todo mundo, será a reforma possível", explicou Lira, que convocou a reunião e, de certa forma, atalhou a negociação dos governadores com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Na semana passada, o relator da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), apresentou as diretrizes aprovadas pelo grupo de trabalho parlamentar que discutiu a nova lei. Tanto os articuladores do governo quanto os líderes dos principais partidos têm expectativa de aprovação por ampla maioria, segundo o relator. A principal mudança proposta na reforma é o modelo de cobrança de tributos sobre o consumo. Embora tenha o compromisso de pautar a aprovação da reforma em julho, Lira admite alterações no mérito do relatório de Ribeiro, que começa a sofrer contestações.

É que o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), lidera uma articulação dos estados exportadores contra o recolhimento dos impostos no destino sem que haja compensação para a perda de receita desses estados. Além de Goiás, Minas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins, por exemplo, são grandes exportadores em risco de perda de receitas. Hoje, a principal fonte de receita dos estados é o ICMS, arrecadado na origem das mercadorias, com exceção dos combustíveis, cujos impostos são cobrados no destino. Também há preocupação de prefeitos com o fim do ISS, que será fundido ao ICMS no novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), o coração da reforma.

Fundo de compensação

Alckmin minimizou as divergências, ao fazer a defesa enfática da aprovação da reforma no primeiro ano de governo. Segundo ele, não existe uma "bala de prata" para melhorar a competitividade do Brasil, mas que é preciso cumprir uma série de tarefas, que passam por melhorar a educação, reduzir o custo do crédito e simplificar a questão tributária. Sobre o pacto federativo, disse que "a ideia não é tirar de um para outro. Claro que a mudança da origem para o destino é lógica. No mundo inteiro o tributo sobre consumo é cobrado onde consome", afirmou Alckmin.

Ao comentar a movimentação liderada por Caiado, o deputado Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR), defensor histórico da reforma tributária, avalia que é possível resolver o problema das perdas dos estados exportadores unificando os dois fundos de compensação de exportações existentes. Um deles é o que garante o pagamento de compensações da União a estados e municípios devido às perdas de receita provocadas pela Lei Kandir, cujo valor destinado aos estados e municípios pode chegar a R$ 65,6 bilhões até 2037.

A Lei Kandir (Lei Complementar 87, de 1996) isentou as empresas de pagarem ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre exportações. Como o ICMS é receita dos estados e municípios, a lei previu uma compensação financeira pela perda da arrecadação desses entes federados. Os critérios para o pagamento dessa compensação foram objeto de batalhas judiciais desde 2013, até o Supremo Tribunal Federal (STF) negociar um acerto entre os estados e a União, que foi oficializado pelo PLP 133/2020.

"Faremos uma transição de 40 anos. Com a fusão dos fundos e um pouco mais de recursos, será possível atender aos estados de maneira que ninguém saia perdendo", argumenta Hauly. Pelas contas do parlamentar, devido ao atual sistema tributário, o país perde por ano R$ 600 bilhões em sonegação e isenções fiscais, cerca de R$ 300 bilhões com a inadimplência e mais de R$ 100 bilhões com a burocracia. Com relação às prefeituras, o parlamentar avalia que os municípios sairão ganhando com a distribuição do IVA, porque o ICMS representa 7,2% do PIB e o ISS, apenas 0,9%.